

Precariedade Habitacional e Saúde Pública: Expressões da pandemia na vida de mulheres moradoras das periferias urbanas

Housing Precariousness And Public Health: Expressions of the pandemic in the lives of women living in urban peripheries

Tuize Silva Rovere

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9403-9747>

Cláudia Tirelli

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-2325-5260>

Resumo: Objetivo: Analisar o impacto das medidas de prevenção à COVID-19 no município de Santa Cruz do Sul/RS e seus efeitos sobre a vida das mulheres que residem na periferia urbana. Métodos: Pesquisa exploratória sobre indicadores sociais e de saúde de mulheres residentes em um município interiorano do Rio Grande do Sul, com análise empírica de dados secundários sobre trabalho, renda, escolaridade, faixa etária, situação habitacional e acesso a serviços públicos de mulheres responsáveis pelos domicílios, entre março e outubro de 2020. Observou-se que as mulheres são especialmente atingidas pelos reflexos da pandemia, por serem as principais responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidados no âmbito familiar, representarem o maior contingente de trabalhadoras da área da saúde, possuírem relações empregatícias mais precárias e/ou informais e constituírem as principais vítimas da violência doméstica. Conclusão: As políticas públicas voltadas à proteção das mulheres devem ser fortalecidas durante e após o período de pandemia, visando enfrentar os riscos de violência e pauperização das famílias.

Palavras-chave: Mulheres; Periferia; Covid-19

Abstract: Objective: To analyze the impact of COVID-19 prevention measures in the municipality of Santa Cruz do Sul/RS and its effects on the lives of women living in the urban periphery. Methods: Exploratory research on social and health indicators of women living in an inland municipality of Rio Grande do Sul, with empirical analysis of secondary data on work, income, education, age group, housing situation and access to public services of women in charge of households, between March and October 2020. It was observed that women are especially affected by the effects of the pandemic, because they are the main responsible for domestic and family care activities, represent the largest contingent of health workers, have more precarious and/or informal employment relationships and are the main victims of domestic violence. Conclusion: Public policies aimed at protecting women

PRECARIEDADE HABITACIONAL E SAÚDE PÚBLICA: Expressões da pandemia na vida de mulheres moradoras das periferias urbanas

should be strengthened during and after the pandemic period, in order to face the risks of violence and the impoverishment of families.

Keywords: Women; Periphery; Covid-19

Introdução

O Brasil é um país de intensa desigualdade socioeconômica. O acesso desigual à renda, aos bens públicos, aos serviços públicos de saúde e educação e, conseqüentemente à cidade, têm sido uma constante. Apesar de podermos observar ao longo da história momentos em que essas desigualdades foram sensivelmente diminuídas, a compreensão dos fenômenos sociais brasileiros não pode desconsiderar essa disparidade (VILLAÇA, 2001). Neste contexto, a pandemia do novo coronavírus tem produzido conseqüências que afetam a saúde dos brasileiros de forma abrangente, acentuando a precariedade das condições de vida que assola as camadas mais pobres da sociedade.

Ainda que seja reconhecido como um direito humano universal pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, da qual o Brasil é signatário, o direito à moradia digna ainda não é uma realidade para a maior parte das famílias brasileiras. A Constituição Federal de 1988 determina que o direito à moradia se encontra ao lado dos direitos fundamentais dos brasileiros, tais como saúde e educação. Esse direito também foi corroborado pelo Estatuto das Cidades, instituído em 2001. Apesar desse reconhecimento do direito à moradia no âmbito formal, o Brasil continua marcado por abissais desigualdades em termos sociais e econômicos, sendo que mais de 35 milhões de pessoas não possuem acesso à água potável em suas residências (SNIS, 2017) e aproximadamente 6 milhões sequer possuem uma local para morar (FJP, 2015). Segundo dados do Censo do IBGE 2010, essa situação de vulnerabilidade habitacional levou, na primeira década do século XXI, cerca de 11 milhões de brasileiros às favelas ou comunidades das periferias empobrecidas das cidades, normalmente carentes da infraestrutura básica, como saneamento e abastecimento de água potável, além de serviços de saúde, educação e transporte público.

Diante dessas situações de iniquidade, faz-se necessário olhar para a realidade vivida pelas mulheres brasileiras, pois 63% das mulheres negras sem cônjuge e com filhos de até 14 anos, e 40% das mulheres brancas na mesma situação, vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, com menos de US\$ 5,50 por mês (BIANCON, 2020). Como conseqüência da desigualdade social do país, observa-se um agravamento das condições de saúde pública, especialmente no que concerne às mulheres empobrecidas e moradoras das periferias. As desigualdades sociais de uma forma geral e, em particular, as desigualdades de gênero, se acentuam nesta nova realidade, produzindo efeitos diversos, especialmente na intersecção entre fatores

PRECARIEDADE HABITACIONAL E SAÚDE PÚBLICA: Expressões da pandemia na vida de mulheres moradoras das periferias urbanas

relacionados à classe, local de moradia, raça/etnia, entre outros. Pesquisas recentes demonstram que as mulheres vêm sofrendo mais os efeitos da pandemia por assumirem a maior parte das tarefas domésticas e devido ao aumento do desemprego (UN Women, 2020a). A precarização do trabalho e as incertezas causadas pela atual crise sanitária e econômica agravaram a situação destas mulheres, as quais, em muitos casos, já viviam em condições de grande vulnerabilidade econômica e social (MARQUES et al, 2020). Somado a esses indicadores está o fato de as mulheres serem o maior contingente de trabalhadores da saúde no Brasil e no mundo, ocupando cerca de 70% das funções de linha de frente nas ações de combate ao coronavírus (UN Women, 2020b).

Esses dados indicam a necessidade de se produzir um refinamento do olhar referente aos efeitos da pandemia, de forma a considerar o acirramento das desigualdades já existentes na vida das mulheres nos diferentes territórios e suas consequências para a saúde feminina. Neste estudo propõe-se uma reflexão a respeito de como a precariedade habitacional, no contexto da pandemia da COVID-19, tem agravado as condições de vida das mulheres residentes na periferia sul do município de Santa Cruz do Sul/RS. O trabalho estrutura-se em quatro partes, além desta introdução, distribuídas da seguinte forma: na primeira seção apresenta-se a metodologia utilizada no estudo e as bases de dados consultadas; na segunda seção, demonstra-se os reflexos da precariedade habitacional e da pandemia na vida e na saúde das mulheres; na terceira seção, discute-se o impacto da pandemia na vida das mulheres santa-cruzenses, a partir da análise de mapas que demonstram como ocorreu o avanço da pandemia no território e suas expressões de gênero; e, por fim, apresenta-se as considerações finais, ressaltando a necessidade de criação de políticas públicas que enfrentem as desigualdades de gênero aprofundadas pela pandemia de COVID-19 no território.

Metodologia de Coleta e Análise dos dados.

Este estudo baseia-se na análise de dados secundários obtidos em relatórios oficiais do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Organização das Nações Unidas (ONU), Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul e as bases de dados do Observatório do Desenvolvimento Regional (Observa/DR) e do projeto ObservaDR/COVID-19. Os dados estatísticos foram adquiridos por plataformas de livre acesso e analisados através do cruzamento de informações, tais como: rendimento mensal por domicílio [9], gênero dos moradores responsáveis pelos domicílios (IBGE,2010), renda *per capita* por domicílio (IBGE, 2010), densidade demográfica estimada (IBGE, 2020), entre outras.

PRECARIEDADE HABITACIONAL E SAÚDE PÚBLICA: Expressões da pandemia na vida de mulheres moradoras das periferias urbanas

A análise dos dados foi feita através da interpretação quantitativa dos índices. As conclusões baseiam-se na literatura contemporânea e em pesquisas prévias realizadas pelo/as autor/as sobre gênero e desigualdade social no município de Santa Cruz do Sul, além de informações publicadas pela Secretaria Municipal de Saúde, Ministério da Saúde do Brasil e do website ONU Mulheres Brasil (2020b) e UN Women (2020a).

Reflexos da pandemia na saúde das mulheres em situação de precariedade habitacional nas periferias urbanas

As mudanças causadas pela pandemia e o isolamento social na rotina das famílias perpassam a crise sanitária atual, afetando diretamente as relações sociais e, em especial, a vida das mulheres. As posturas frente às medidas de prevenção adotadas pelo poder público, nas diferentes esferas do Estado, transferiram para a população uma grande parcela de responsabilidade sobre a propagação do vírus. Apesar de essenciais para a diminuição de contágio da COVID-19 no território, algumas precauções, tais como o isolamento social, o uso de máscaras e os cuidados com a higiene, ficaram a cargo exclusivamente das famílias, e por consequência, das mulheres que cuidam dessas famílias:

Na realidade brasileira, milhares de famílias são chefiadas por mulheres, especialmente nas classes de menor renda ou em situações de vulnerabilidade social. Segundo dados do censo do IBGE do ano de 2010, as mulheres são responsáveis por quase 40% dos domicílios urbanos brasileiros. Levando-se em consideração a composição familiar, nas famílias que contam somente com um responsável, cerca de 88% destes são mulheres. Cabe ressaltar que 46,4% das famílias urbanas que vivem com rendimentos de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo são de responsabilidade feminina, assim como 30% das famílias com filhos de até 5 anos de idade. (ROVERE; SOUZA, 2020, p. 283).

A responsabilização das mulheres pelo cuidado dos filhos e idosos é historicamente um reflexo da sociedade patriarcal, reforçada pela lógica capitalista de produção. Nesta forma de organização social, o trabalho não remunerado e realizado no espaço doméstico ficou a cargo das mulheres, enquanto aos homens foi delegada a realização do trabalho remunerado e efetuado no espaço público. No contexto do século XXI, as mulheres passaram a assumir postos de trabalho em diferentes áreas, somando essa realidade às atribuições familiares, o que resultou em uma tripla jornada de trabalho diária. Em 2019, as mulheres brasileiras realizavam cerca de 18,5 horas semanais de serviços domésticos, enquanto para os homens essa realidade era de 10,3 horas semanais (IBGE, 2010). Em famílias de baixa renda, esta tripla jornada impõe níveis alarmantes de exigências sobre as mulheres, culminando no seu adoecimento físico e mental e dificultando a realização do isolamento social adequado devido

PRECARIEDADE HABITACIONAL E SAÚDE PÚBLICA: Expressões da pandemia na vida de mulheres moradoras das periferias urbanas

às relações precarizadas de trabalho em que se encontram e/ou à ausência de outro adulto para a divisão das tarefas.

Com a pandemia do novo coronavírus, estas problemáticas se acentuaram, pois as mesmas mulheres que já sofriam com a sobrecarga de trabalho doméstico, passaram a conviver com a ausência do Estado no cuidado e na educação das crianças e adolescentes. Creches e escolas fechadas culminaram em uma maior carga de trabalho para as mães e cuidadoras. Além disso, o risco de morte dos idosos em contato com a COVID-19 exigiu maior atenção na higienização e cuidados com este público. A crise econômica decorrente da crise sanitária também impactou os empregos e a renda familiar, produzindo distintos efeitos socioeconômicos nos territórios.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/COVID-19, divulgada em agosto de 2020, o número de desempregados no Brasil foi acrescido de 1,68 milhão de pessoas no mês de junho, o que representou um aumento de 16,6% em relação a maio deste ano (PNAD, 2020). Com isso, são 11,8 milhões de desempregados no país, sendo que o isolamento social dificulta ainda mais a busca por trabalho, especialmente no caso das mulheres que estão sem o apoio da rede estatal de cuidados com as crianças (creches e escolas) e com suas redes de apoio prejudicadas, ou até mesmo, interrompidas pelo isolamento social. Neste contexto, os grupos já historicamente vulnerabilizados como negros e mulheres encontram-se em situações de ainda maior risco. Entre as pessoas infectadas no Brasil, as mulheres estão em maior número. Segundo dados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2020), a porcentagem de mulheres infectadas pela Covid-19 no Brasil é de 56%, enquanto o relatório da PNAD/COVID-19 demonstra que 68,3% das pessoas que afirmam ter tido sintomas de síndrome respiratória são pretas ou pardas (PNAD, 2020). Segundo dados do IBGE, 39% dos trabalhadores pretos e pardos encontram-se em situação de informalidade. Os dados também indicam que 19% das mulheres foram afastadas de suas atividades durante a pandemia. Considerando todos os trabalhadores afastados, 48,4% tiveram suas remunerações interrompidas (IBGE Cidades, 2020). Somente no que se refere às trabalhadoras domésticas, 22,9% foram afastadas de seus trabalhos sem direito à remuneração.

Além disso, as recentes medidas de austeridade econômica do Governo Federal reduziram o orçamento de políticas sociais que interferem diretamente no trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres, e mesmo na sua disponibilidade para o trabalho remunerado. Políticas como as de transferência de renda e as de habitação sofreram cortes significativos, além dos investimentos na saúde e educação. De acordo com o relatório desenvolvido pelo Observatório das Desigualdades (FJP, 2020^a), intitulado “Pobreza, substantivo feminino”, esses cortes afetam diretamente a autonomia e a saúde das mulheres,

PRECARIEDADE HABITACIONAL E SAÚDE PÚBLICA: Expressões da pandemia na vida de mulheres moradoras das periferias urbanas

deixando-as mais uma vez submetidas à fragilização e sujeitas à sobrecarga de trabalho e à violência doméstica:

Dados de previsão orçamentária para 2018 indicam os programas com maior impacto, na comparação com 2014, medidos em valores reais: políticas de enfrentamento à violência (-83,0%); promoção da igualdade racial (-71,3%); promoção dos direitos da juventude (-95,6%); promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes (-83,2%); promoção e defesa dos direitos humanos (-47,4%); reforma agrária e governança fundiária (-86,5%); segurança alimentar e nutricional (-97,7%); Programa Bolsa Família (-16,0%). Em 2014, a verba destinada às políticas para as mulheres com objetivo de promover a autonomia e combate à violência chegava a R\$ 147 milhões e caiu para R\$ 24 milhões em 2018, queda de 83% no orçamento. De acordo com o INESC, entre 2014 e 2017, em torno de 164 serviços especializados, como abrigos, centros de atendimento, delegacias e varas foram fechados. (FJP, 2020, p. 16).

Na intersecção entre as questões de classe, raça e gênero, encontra-se a situação de precariedade habitacional em que se encontram essas mulheres responsáveis pelo sustento de suas famílias e que vivem em situação de vulnerabilidade social e empobrecimento. Levando-se em consideração o ambiente como determinante para a manutenção da saúde, temos a habitação como espaço de construção e consolidação da saúde familiar (COHEN et al, 2007). Habitar envolve desde o espaço construído da casa até o seu entorno e vizinhança. O acesso ao saneamento básico e à água potável, por exemplo, está diretamente condicionado ao local de moradia, assim como o acesso aos serviços públicos de transporte, saúde e educação e à toda a rede de apoio estatal para o trabalho de reprodução da vida e cuidados domésticos. As doenças como a tuberculose e a COVID-19 são doenças de transmissão direta, altamente contagiosas e transmitidas pelo ar e pelas secreções, exigindo para sua prevenção, além do distanciamento ou isolamento social, cuidados com a higienização das pessoas e do local de habitação. Além destes fatores, condições de vulnerabilidade social como a precariedade alimentar e o alcoolismo geram baixa resistência orgânica, deixando essas populações ainda mais vulneráveis à contaminação.

Soma-se a esses fatores o acesso dificultado aos serviços públicos de saúde nas periferias urbanas empobrecidas e, atualmente, a sobrecarga a que as mulheres responsáveis pelas famílias se encontram durante a pandemia, encarregadas tanto dos cuidados com os grupos mais susceptíveis ao contágio pelo coronavírus (idosos e portadores de comorbidades), como pelo sustento da casa e o cuidado com as crianças.

Reflexos da pandemia na vida das mulheres: o caso de Santa Cruz do Sul/RS

Segundo o relatório da PNAD/COVID-19 (2020), 60 mil pessoas estão afastadas de seus trabalhos e sem remuneração, enquanto 28,3% das pessoas ocupadas tiveram uma diminuição nos seus rendimentos. Essa precarização, como não poderia deixar de ser, atinge

PRECARIEDADE HABITACIONAL E SAÚDE PÚBLICA: Expressões da pandemia na vida de mulheres moradoras das periferias urbanas

também a vida das mulheres no município de Santa Cruz do Sul/RS. Vimos, através desta pesquisa, que a maioria dos domicílios onde as mulheres são as responsáveis pelo seu sustento estão localizados nos bairros periféricos e de baixa renda. Nestes territórios, há uma maior densidade demográfica e maior número de indivíduos por domicílio em comparação com os bairros com maior concentração de famílias com renda mais elevada. Esses fatos demonstram que a cidade de Santa Cruz do Sul repete a realidade brasileira, na qual as mulheres apresentam uma renda, em média, 20% menor que a dos homens na mesma ocupação (IBGE, 2010).

A realidade social em que se encontram as mulheres, especialmente aquelas que integram os segmentos mais empobrecidos da população e que tiveram sua renda diminuída ou suspensa, faz com que a sua situação de vulnerabilidade se agrave ainda mais. Diante da vulnerabilidade financeira e com suas redes de sociabilidade comprometidas pelo isolamento social, além da ausência de políticas públicas específicas, as mulheres têm enfrentado ainda a difícil realidade da violência doméstica. A violência contra as mulheres é um problema social que tem se mostrado de difícil enfrentamento, uma vez que é calcado nas raízes patriarcais da sociedade atual, fortemente baseadas no controle dos corpos femininos e na sua subserviência e submissão aos homens. O machismo estrutural brasileiro tem sido um dos principais entraves no enfrentamento desta grave realidade. Estudo realizado pelo portal R7 (LAROCA; CHASTINET, 2020), no primeiro semestre de 2020, demonstrou que cerca de 78% dos casos de estupro na cidade de São Paulo foram praticados dentro da própria casa das vítimas, muitas vezes por pessoas próximas. Com o maior número dos últimos sete anos, o estado registrou um estupro a cada 42 minutos. A pesquisa também reportou que, para cada dez casos, apenas três são investigados no ano em que aconteceram.

Dados do Monitor da Violência (2020), uma parceria entre o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP (Universidade de São Paulo), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o site G1, demonstraram uma situação ainda mais alarmante durante a pandemia. Os números mostram um aumento dos casos de violência contra as mulheres em 14 estados brasileiros no primeiro semestre de 2020, sendo que as regiões Norte e Nordeste apresentaram um aumento de 80% nos indicadores de homicídio de mulheres em relação ao mesmo período no ano de 2019. Em contrapartida, segundo dados do Fórum de Segurança Pública publicados em maio de 2020, o registro do número de estupros de mulheres e estupros de vulneráveis caiu em relação ao ano anterior, o que provavelmente não se deve a uma diminuição efetiva dos casos, mas a uma maior subnotificação devido ao aumento da exposição das mulheres à realidade doméstica e aos seus alcos durante a pandemia. Segundo o mesmo relatório também diminuiu o número de pedidos de medidas protetivas de emergência no país. Da mesma forma que o aumento dos homicídios de mulheres e feminicídios, a diminuição nos registros formais pode estar relacionada, além do aumento do tempo de convivência

PRECARIEDADE HABITACIONAL E SAÚDE PÚBLICA: Expressões da pandemia na vida de mulheres moradoras das periferias urbanas

entre as vítimas e autores, ao agravamento de episódios de violência preexistentes, bem como à suspensão de serviços prestados por instituições de acolhimento às vítimas de violência doméstica, ou até mesmo ao distanciamento das redes de apoio de familiares e amigos. Interseccionando marcadores como raça ao marcador de gênero, se consegue visualizar que a maior parte das vítimas da violência contra as mulheres, segundo o Monitor da Violência, são as mulheres negras, perfazendo um total de 73% das vítimas.

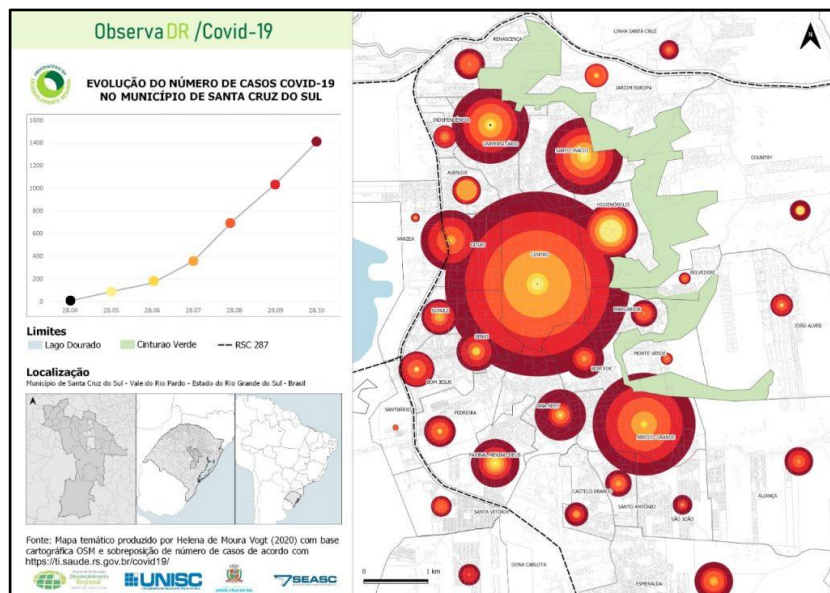
Diante disso, ressalta-se a importância de analisar os dados relativos à pandemia de COVID-19 no Brasil, a partir de suas expressões e determinações capazes de instrumentalizar os governos na implementação de políticas públicas efetivas para as mulheres. Além disso, é necessário compreender como a doença se manifesta nos diferentes territórios e regiões, podendo com isso direcionar recursos e aprimorar as formas de prevenção ao avanço da pandemia. Neste sentido, foi desenvolvido o projeto Observa/DR/COVID-19 (2020) – uma plataforma que sintetiza dados epidemiológicos e socioeconômicos das populações da Região do Vale do Rio Pardo, onde se encontra localizado o município de Santa Cruz do Sul, a fim de auxiliar na criação e implementação de políticas públicas nos diferentes municípios que integram essa região. A intenção desse projeto é fornecer informações úteis ao planejamento e à tomada de decisões relativas à prevenção e o combate a pandemia para os *policymakers*, bem como oferecer informações científicas para o conjunto da sociedade. Essas informações sustentam-se em dados oficiais do IBGE, DATASUS e das Secretarias Municipais de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. A iniciativa foi desenvolvida de forma colaborativa e voluntária por professores-pesquisadores, estudantes de graduação e de pós-graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), representantes do poder público municipal e outras instituições. Parte integral deste trabalho é oferecer mapas temáticos e análises críticas sobre o avanço da pandemia nos territórios, sobretudo em áreas urbanas. O mapa a seguir apresenta um destes mapas, o qual demonstra o avanço da COVID-19 no município de Santa Cruz do Sul.

Através do mapa, nota-se que as áreas mais afetadas pela pandemia são o centro e a região norte da cidade – bairros com os maiores índices de renda, trabalho e acesso aos serviços público do município (OBSERVA DR, 2020). Os bairros com os piores índices socioeconômicos, localizados na região sul do município, tiveram uma disseminação da doença menor e mais lenta do que as regiões centrais. Em suma, a disseminação da COVID-19 em Santa Cruz do Sul se deu do centro para a periferia. Entende-se que essa forma de dispersão se deu devido às aglomerações causadas pelo comércio local e pela centralidade dos serviços de saúde de média e alta complexidade no centro da cidade (OBSERVA DR, 2020).

PRECARIEDADE HABITACIONAL E SAÚDE PÚBLICA: Expressões da pandemia na vida de mulheres moradoras das periferias urbanas

Mapa 1 - Expansão dos casos de COVID-19 no município de Santa Cruz do Sul/RS

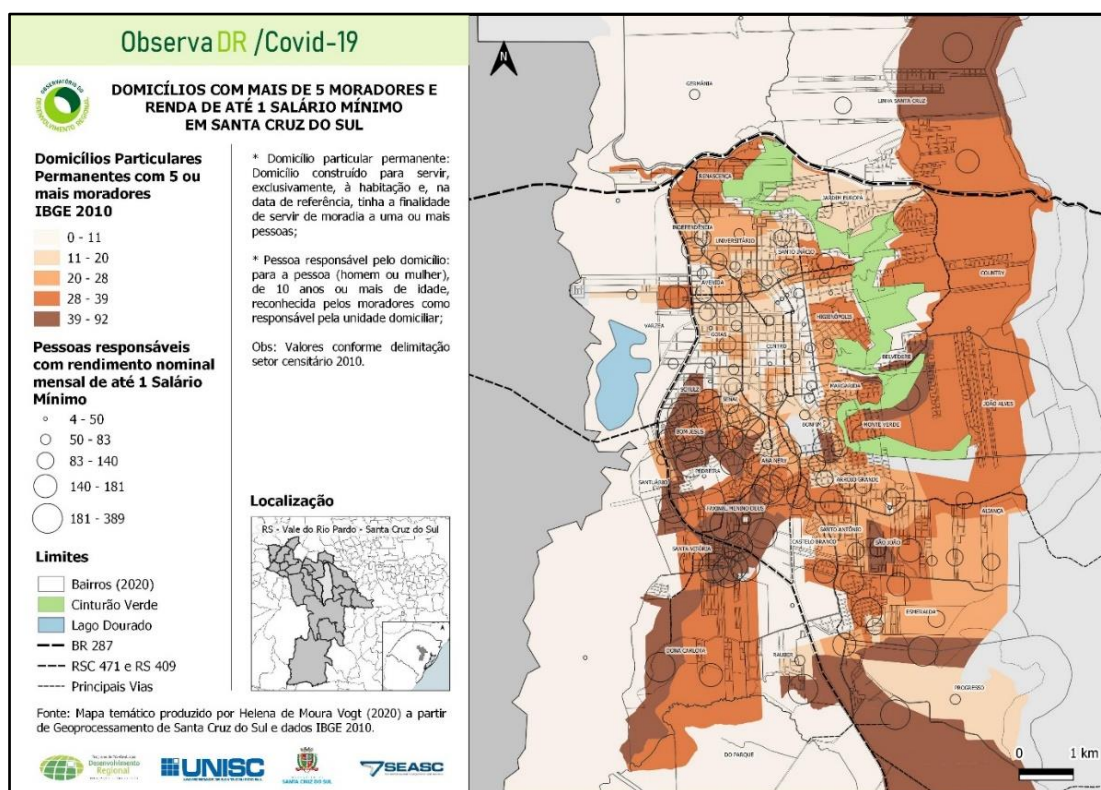
Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional. Projeto ObservaDR/Covid-19, 2020.



De forma paradoxal, justamente por conta da intensa desigualdade social e do processo de segregação urbana que se manifesta no município e o menor acesso das populações da periferia sul às áreas mais afetadas, entende-se que essas áreas foram atingidas mais tardiamente e com menor intensidade pela pandemia. Apesar desses dados indicarem que a pandemia afetou as regiões centrais mais do que as periféricas, sua relação causal expressa outros determinantes, como a segregação e a falta de serviços públicos de saúde nas periferias. Este fato pode estar relacionado a menor procura dos residentes das periferias aos serviços de saúde ou a defasagem no atendimento e acompanhamento de pacientes com sintomas de COVID-19 nesses bairros. Essa distribuição espacial das classes sociais no território pode ser analisada no mapa a seguir, que demonstra a renda dos domicílios relacionada com o número de moradores.

Mapa 2 - Domicílios com mais de 5 moradores e até 1 salário-mínimo em Santa Cruz do Sul

PRECARIEDADE HABITACIONAL E SAÚDE PÚBLICA: Expressões da pandemia na vida de mulheres moradoras das periferias urbanas



Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional. Projeto ObservaDR/Covid-19, 2020.

O Mapa 2 apresenta o cruzamento das informações sobre o número de moradores por domicílio, a partir de cinco pessoas, e a renda mensal de até um salário-mínimo. Segundo a distribuição espacial demonstrada no mapa, os bairros centrais ou mais próximos do centro são os que apresentam menor número de domicílios nessa situação, confirmando as hipóteses sobre o poder de escolha do local de moradia das classes mais altas, as quais acabam por optar pela proximidade dos locais mais bem providos de infraestrutura urbana (VILLAÇA, 2001). Esse fenômeno, chamado de segregação urbana, manifesta de forma especializada as desigualdades sociais brasileiras.

[...] segregação envolve não só o preço da terra urbana, mas condições de proximidade aos bens e serviços e atrativos como infraestrutura, natureza e status, fatores que levam à procura por aqueles que têm condições de escolher seu local de moradia. Não se refere somente ao valor da terra, na medida em que as classes mais altas também podem procurar pela terra mais barata das periferias urbanas, se for de seu interesse e de acordo com os atrativos ali presentes. (HOFF, 2018, p. 49).

A segregação urbana fica claramente demonstrada no mapa, onde os domicílios com maior renda estão localizados em locais mais próximos do centro e áreas mais valorizadas da cidade. O mapa demonstra também que os domicílios com mais de cinco moradores e renda de até um salário-mínimo estão em sua maioria localizados na periferia sul da cidade, onde a realidade social e a observação empírica nos mostram moradias que abrigam, além do(s)

PRECARIEDADE HABITACIONAL E SAÚDE PÚBLICA: Expressões da pandemia na vida de mulheres moradoras das periferias urbanas

responsável(is) pelos domicílios e seus filhos, muitas vezes seus pais, filhos de seus filhos, e outros familiares em sistema de coabitação.

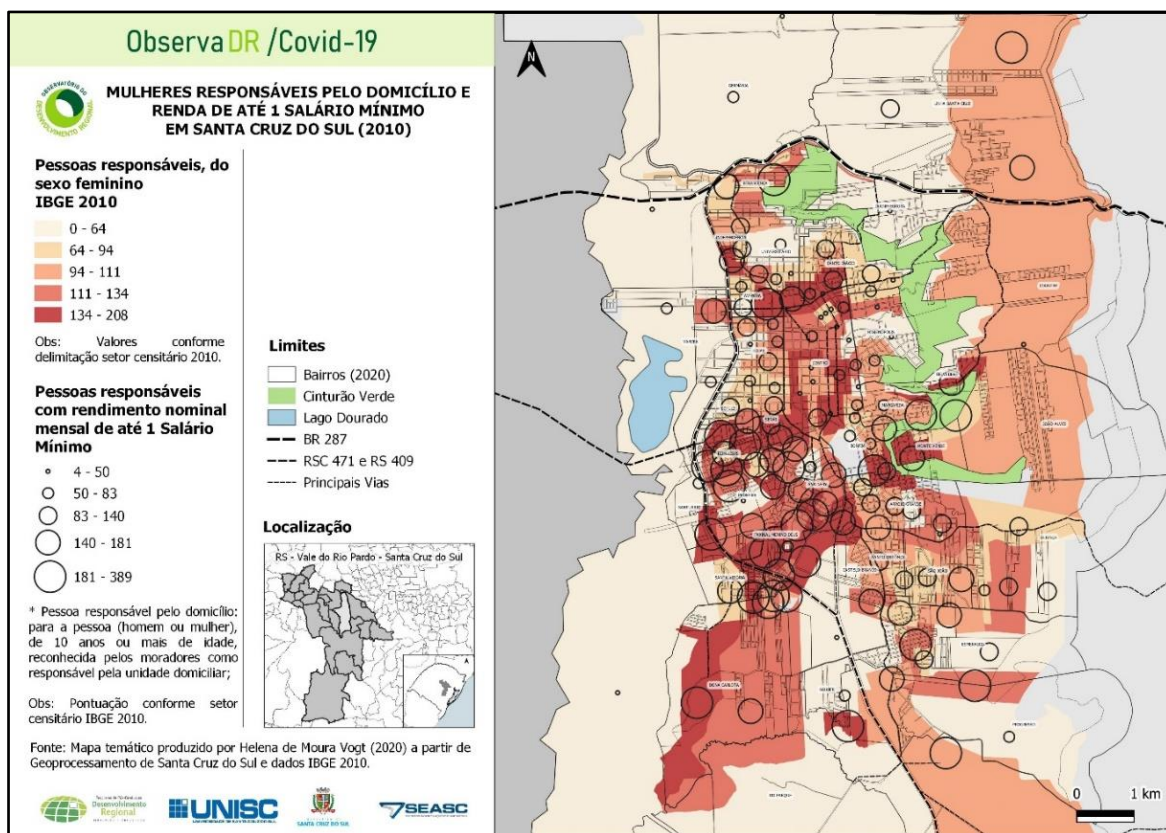
No Brasil, em famílias de classes com menor poder econômico, a coabitação é uma constante. Essa realidade, somada ao espaço das moradias que normalmente é restrito, dificulta o isolamento social, a permanência dos moradores no interior da residência durante o dia e a proteção de pessoas em situação de risco, como idosos e portadores de comorbidades. Enquanto o Estado relega as medidas preventivas contra a COVID-19 às iniciativas individuais de isolamento social, muitas pessoas não possuem as condições mínimas para atenderem a essa demanda. Além disso, a baixa renda dos moradores imprime uma necessidade de busca constante de recursos para a manutenção das famílias, mais uma vez dificultando o isolamento social.

A responsabilidade de sustento das famílias, a baixa renda e a precariedade habitacional são fatores que atingem especialmente as mulheres. No caso observado em Santa Cruz do Sul – mas que se aplica a outros municípios do país – esse cruzamento de fatores é ainda maior entre as mulheres que vivem na periferia sul do município, empobrecida e carente de bens e serviços públicos adequados. O mapa, a seguir, demonstra isso ao cruzar as informações das mulheres responsáveis pelo domicílio e a renda familiar mensal de até um salário-mínimo.

Como se pode observar no Mapa 3, a maior concentração de mulheres responsáveis pelos domicílios em Santa Cruz do Sul coincide com a maior concentração de moradias que contam com até um salário-mínimo de renda mensal. Essas mulheres, além da situação de vulnerabilidade no enfrentamento à pandemia vista anteriormente, ainda estão submetidas a condições de vida precarizadas pela baixa renda e pela segregação urbana ocasionada pelo seu local de moradia.

Não por acaso, essas moradias estão localizadas na zona sul do município, próximas às áreas industriais e à BR 471, local onde se formou a periferia empobrecida da cidade composta, em sua maioria, por trabalhadores e migrantes que vieram para Santa Cruz do Sul em busca de trabalho e melhores condições de vida (HOFF, 2018). Assim, a realidade santacruzense repete a realidade brasileira no que diz respeito à vulnerabilidade das mulheres em relação à pandemia. A baixa renda das mulheres, somada a responsabilidade do sustento de seus domicílios e à responsabilidade pelos serviços domésticos as colocam numa posição de maior vulnerabilidade em relação aos cuidados e ao isolamento social exigidos na situação de controle de contágio da COVID-19.

Mapa 3 - Mulheres responsáveis pelo domicílio e renda até 1 salário-mínimo



Fonte: Observatório do Desenvolvimento Regional. Projeto ObservaDR/Covid-19, 2020.

As mulheres da periferia sul santa-cruzense estão inseridas profundamente no fenômeno já descrito da segregação urbana, tendo seus deslocamentos e o seu acesso ao centro da cidade dificultados pela distância e pela precariedade na infraestrutura urbana e de serviços públicos como transporte. As mulheres, justamente por seu papel de cuidadoras e responsáveis pela reprodução e pelo serviço doméstico, utilizam a cidade em percursos orgânicos, de maneira a darem conta de suas diferentes funções como, por exemplo, a de levar as crianças na escola, no posto de saúde, providenciar a alimentação e cuidados médicos (MADARIAGA, 2004; MUXÍ, 2009). Para isso, necessitam dos serviços públicos e das redes de apoio, fornecidos pelas escolas, creches e serviços de convivência no contra turno escolar. Com a pandemia e a necessidade de isolamento social, esta rede de apoio estatal encontra-se fora de funcionamento, deixando essas mulheres obrigadas a darem conta do cuidado integral com as crianças, que agora se acumula com suas outras funções de reprodução da vida e do sustento da casa.

Considerações Finais

PRECARIEDADE HABITACIONAL E SAÚDE PÚBLICA: Expressões da pandemia na vida de mulheres moradoras das periferias urbanas

No contexto atual, as expressões da pandemia no Brasil evidenciam as desigualdades socioeconômica historicamente presentes no país. A precariedade habitacional associada a falta de acesso à infraestrutura básica e aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social, deixam ainda mais evidente a vulnerabilidade das mulheres moradoras das periferias brasileiras. Durante a pandemia, estes serviços tiveram suas rotinas restringidas, repercutindo diretamente nas condições de acesso das mulheres a rede de serviços públicos, bem como a renda, ao trabalho etc.

Esta pesquisa visou apresentar dados sobre os reflexos da pandemia na vida das mulheres, destacando a precarização das condições de moradia no Brasil. Diante dos dados, percebe-se que o enfrentamento a pandemia alinha-se ao debate contemporâneo sobre gênero, violência doméstica, precarização do trabalho e outros constrangimentos a que as mulheres estão submetidas numa sociedade estruturada sobre bases patriarcais. Ao constatar que, no município de Santa Cruz do Sul, os bairros com maior número de mulheres responsáveis por domicílios são os mesmos com os níveis mais baixos de renda, aponta-se para a urgência desse debate. Além disso, os dados evidenciam a necessidade premente de intervenção do Estado na promoção de políticas de gênero que auxiliem as famílias chefiadas por mulheres durante e após a pandemia, além de políticas que garantam a proteção e manutenção da saúde dessas mulheres e de suas famílias.

Através da análise crítica e mapeamento de informações estatísticas, este estudo pretende contribuir com outros estudos que evidenciem a situação territorial, habitacional e social em que se encontram as mulheres das classes mais empobrecidas do Brasil. A vulnerabilidade social, o trabalho reprodutivo e a situação de precariedade habitacional, juntamente com a responsabilização individual promovida pelo Estado, deixam essas mulheres na linha de frente da luta contra a pandemia, lutando sozinhas pela manutenção de sua saúde e de seus dependentes.

Por fim, destaca-se que durante a atual crise sanitária muitas mulheres acabaram se vendo confinadas com seus agressores ou perderam o contato com sua rede de apoio, o que em situações normais auxiliaria na denúncia da violência sofrida ou no próprio acolhimento das vítimas. A precariedade habitacional, portanto, se vincula a outras situações de vulnerabilidade social, tais como as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e aos serviços públicos, bem como à situações de maior exposição a violência doméstica. Dessa forma, a situação pandêmica escancara a necessidade da elaboração de políticas públicas voltadas para as mulheres, considerando os mais diferentes tipos de dominação e desigualdades às quais estão sujeitas. Os efeitos da pandemia na vida das mulheres, portanto, extrapolam a dimensão da doença em si, e intensificam desigualdades preexistentes.

PRECARIEDADE HABITACIONAL E SAÚDE PÚBLICA: Expressões da pandemia na vida de
mulheres moradoras das periferias urbanas

Referências

- BIANCONI, Giulliana. *Majoria entre informais, mulheres têm lugar central na inédita renda emergencial*. Portal Geledés, 2020. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/mulheres-renda-emergencial/>>. Acesso em 9 nov. 2020.
- COHEN, Simone; BODSTEIN, Regina; KLIGERMAN, Débora; MAROCONDES, Willer. *Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde*. *Ciências e Saúde Coletiva*; 12 (1). 191-198 p. 2007. Disponível em: 19.1 simone final.pmd (scielosp.org). Acesso em 13 nov. 2020.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). *O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda diante dos impactos da Covid-19*. Nota Técnica 232, 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec232ProgramaEmergencialGoverno/index.html?page=1>>. Acesso em 10 nov. 2020.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19*. 2 ed.: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2020. Disponível em [violencia-domestica-covid-19-v3.pdf](https://www.fbsp.org.br/relatorio-violencia-domestica-covid-19-v3.pdf) (cfp.org.br). Acesso em 28 out. 2020.
- Fundação João Pinheiro (FJP). *Observatório das Desigualdades: pobreza, substantivo feminino*. Boletim nº 8. Disponível em: <<http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Boletim-8.pdf>>. Acesso em 28 out. 2020.
- _____. *Relatório Déficit Habitacional no Brasil*. 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/>>. Acesso 13 nov. 2020.
- HOFF, Tuize Rovere. *A cidade e a mulher: segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS*. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, UNISC. Santa Cruz do Sul, 2018. 146 f. Disponível em Repositório UNISC: A cidade e a mulher : segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS. Acesso em nov. 2020.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). IBGE Cidades@Santa Cruz do Sul. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/panorama>>. Acesso em 15 nov. 2020.
- _____. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 11 nov. 2020.
- LAROCCA, Marcela; CHASTINET, Tony. Estupros acontecem dentro de casa em 78% dos casos em São Paulo. Notícias R7, 14 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/>. Acesso em 16 nov. 2020.
- MADARIAGA, Inés Sanchez. *Infraestructuras para la vida cotidiana y calidad de vida. Reciclar la ciudad*; (8): 2004. pp. 101-133. Disponível em Dialnet-[InfraestructurasParaLaVidaCotidianaYCalidadDeVida-1253144.pdf](https://www.dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4444444). Acesso em 10 out. 2020.

PRECARIEDADE HABITACIONAL E SAÚDE PÚBLICA: Expressões da pandemia na vida de
mulheres moradoras das periferias urbanas

MARQUES, Emanuelle; MORAES, Cláudia; HASSELMANN, Maria Helena; DESLANDES, Suely; REICHENHEIM, Michael. *A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento*. *Cad. Saúde Pública*; 36(4): 2020. Disponível em [CSP_0744_20_Violencia_pt.indd](#) (fiocruz.br). Acesso em 10 out. 2020.

MUXÍ, Zaia. *Reflexiones a las mujeres y el derecho a la vivienda desde una realidad con espejismos*. Democracia e Desarrollo; 2009. Disponível em [derecho_humano_vivienda.pdf](#) (upc.edu). Acesso em 10 out. 2020.

Observatório do Desenvolvimento Regional (ObservaDR.). Projeto ObservaDR/Covid-19. 2020. Disponível em: <http://observadr.org.br/portal/observadr-covid-19/>. Acesso em 28 out. 2020.

Organização das Nações Unidas. *Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta*. ONU Mulheres Brasil. 2020. Disponível em ONU Mulheres - OIT - CEPAL: COVID-19 acentua a situação precária de trabalhadoras e trabalhadores domésticos na América Latina e no Caribe (ilo.org). Acesso em 18 out. 2020.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). *Indicadores de saúde: COVID-19*. 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em 25 out. 2020.

_____. *Indicadores sobre trabalho*. 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em 25 out. 2020.

ROVERE, Tuize; SOUZA, Mariana B. *Epistemologia Feminista e Segregação Urbana: algumas considerações para pensar a violência contra as mulheres*. In: RITT, Caroline; RITT, Eduardo. *Violência doméstica contra as mulheres: uma necessária reflexão sobre suas causas e efeitos, bem como as formas de seu enfrentamento*. *Edunisc*, (1); 276-291 p., 2020. Disponível em [Violência doméstica contra as mulheres.pdf](#) (unisc.br). Acesso em 15 out. 2020.

Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS). 2017. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2017>. Acesso em 15 nov. 2020.

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *Coronavírus e a Covid-19*. 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/coronavirus>. Acesso em 05 nov. 2020.

UN Women. *COVID-19: Emerging gender data and why it matters*. 2020. v 2. Disponível em: <https://data.unwomen.org/resources/covid-19-emerging-gender-data-and-why-it-matters#vaw>. Acesso em 02 nov. 2020.

_____. *Featured: The shadow pandemic – violence against women*. 2020. Disponível em: <https://www.unwomen.org/es/news/in-focus/in-focus-gender-equality-in-covid-19-response>. Acesso em 17 nov. 2020.

PRECARIIDADE HABITACIONAL E SAÚDE PÚBLICA: Expressões da pandemia na vida de
mulheres moradoras das periferias urbanas

VELASCO, Clara; GRANDIN, Felipe; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. *Monitor da Violência: Assassinatos de mulheres sobem no 1º semestre no Brasil, mas agressões e estupros caem; especialistas apontam subnotificação durante pandemia* [Internet]. [place unknown]; 2020 set 16. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/>. Acesso em 16 nov. 2020.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 2001.

Sobre as autoras:

Tuize Silva Rovere é arquiteta e urbanista, mestra e doutoranda em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR da UNISC. E.mail: tuize.hoff@gmail.com

Cláudia Tirelli é doutora em Sociologia e docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC. E.mail: ctirelli@unisc.br